

**Ex.ma Senhora Presidente da Academia Portuguesa da História,
Professora Doutora Manuela Mendonça,
Ex.mo. Senhor Presidente da Academia das Ciências e Presidente
da Sociedade de Geografia de Lisboa,
Ex.mos Diretores Gerais
Ex.mas Autoridades presentes
Minhas Senhoras e meus Senhores,**

No passado dia 18 de Maio de 2013, inaugurou-se no Museu Nacional de Arte Antiga a primeira parte da exposição “ A encomenda prodigiosa: da Patriarcal à Capela de São João Baptista”, exposição que nos remete para o reinado de D. João V e para o Portugal, para a Lisboa da primeira metade do século XVIII, essa Lisboa, capital metropolitana entre as primeiras da Europa, a Lisboa que precede o Grande Terramoto. A exposição leva-nos através de provas circunstanciais e materiais para a irrefutável verdade a que corresponde o poder e o fausto do reinado joanino no contexto europeu. Um poder que obtém um Patriarcado para Lisboa, qual Roma ou Veneza, um poder que se relaciona na cena internacional entre pares e que articula de forma dextra a diplomacia, a religião, a arte, a universidade, a corte e cujas dinâmicas simbólicas e estéticas são

muito bem creditadas na já referida exposição. É neste contexto que surge a Academia Real Portuguesa da História, tão importante na recuperação do “passado histórico” de Portugal, instituição fundada por D. João V em 1720 e de que a Academia Portuguesa da História é herdeira.

É para mim razão de grande emoção o convite que me foi endereçado pela Academia Portuguesa da História para ser seu Académico de Honra.

Agradeço profundamente este momento.

Ao mesmo tempo, confunde-me tal distinção, pois sou, nos últimos 28 anos, mais um artesão, entre muitos, da presença da cultura na sociedade portuguesa. Não sou um estudioso com as competências e currículo científico dos membros desta notável Academia, que se afirma como sedimento institucional, no país e no estrangeiro.

Aceito e compreendo melhor este ato como um reconhecimento de todas as equipas a que pertenci e pertenço, pois sempre me considerei e considero como elemento de equipas, mais que um trabalhador individual. Assim foi, entre outras situações, no Clube Português de Artes e Ideias, na Câmara Municipal de Oeiras, na Direção Geral das Artes, na Fundação Calouste Gulbenkian ou hoje, no Governo de Portugal.

Farei uma curta reflexão de perfil teórico sobre as ciências sociais, pois encontro-me numa das suas casas privilegiadas. Não tendo neste tempo o tempo necessário para cuidar de um texto de raiz, utilizei como base um dos meus escritos preparatórios da minha tese de doutoramento, escrito esse nunca publicado.

Poderia fazer um discurso mais próximo das questões das políticas culturais, o que, propositadamente, evitei, por considerar não dever utilizar este momento para o exercício da ação política e ao mesmo tempo não me querer colocar, num discurso abstrato sobre estudos culturais ou políticas públicas da cultura, na dupla posição de teórico e prático, num momento em que, creio, se acolhe o prático.

Um discurso sobre ciências sociais

A ciência é antes do mais, discurso sobre a ciência¹ e por isso o problema da demarcação para a legitimidade do discurso científico é fundamental². Na ordem discursiva que se relaciona com o pensamento e a prática científica será pois de começar por perguntar: o que é a ciência, quais são os seus predicados e dispositivos relacionais, como se categoriza, qual o seu fim? A ciência é um *modo* específico de conceber, conhecer e agir sobre o que definimos como realidade³ no uso de uma linguagem própria⁴.

¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Edições Afrontamento, 1987.

² POPPER, Karl. *Conjecturas e Refutações*. Coimbra: Almedina, 2003, p. 65.

³ Mesmo que para os próprios autores simplista, utiliza-se o conceito de realidade definido por Berger e Luckmann (BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*. New York: Anchor Books, 1967, p. 1.) como a *qualidade que pertence aos fenómenos que reconhecemos como sendo independentes da nossa vontade*. Mais difícil se torna aderir à correlativa definição de conhecimento como a

A arte, a política, por exemplo, são outros *modos* sobre a realidade (se bem que esta distinção categorial nem sempre se possa, historicamente, fazer com clareza).

Dizer *a ciência* ou *a arte* coloca a questão da singularidade e da pluralidade em termos de substância⁵, pois poderá dizer-se que não há *uma ciência* ou *uma arte* mas sim ciências e artes. Todavia, o que se pretende realçar não é conteúdos e manifestações (aqui tomadas como diferença específica) mas a ideia operativa que os pode identificar e, eventualmente, considerar num género. O género será a maneira de conceber, conhecer e agir sobre a realidade, a diferença específica será a linguagem utilizada para o efeito⁶. A distinção entre conceitos substantivos, predicativos e relacionais⁷ colocada como base para a operacionalização das proposições permite determinar o termo *ciência* para os efeitos aqui pretendidos

certeza de que os fenómenos são reais e que possuem características específicas, que define uma objetividade e autonomia do conhecimento na relação com o sujeito que nos parece ultrapassada pelos dados do Presente – e que remete para a representação objetiva dos factos sociais em Durkheim – há uma ordem de factos que apresentam características muito especiais: consistem em formas de fazer, pensar e sentir exteriores ao indivíduo (...) – DURKHEIM, Émile. *Las reglas del método sociológico*. Barcelona: Edições Orbis SA, 1982, ps. 38 e 39 (1ª edição: 1895). Acresce uma consideração sobre a realidade enquanto situação no tempo: usando uma expressão de Arendt (ARENDDT, Hannah. *La crise de la culture*. Gallimard, 1972, ps. 19 a 23), o Presente é uma brecha entre o Passado e o Futuro. Compete ao Homem saber retirar-se da compressão que essas duas forças exercem sobre o tempo presente, atitude necessária para saber ler o tempo vivido.

⁴ Sem aderir à lógica e teoria do conhecimento de Nicolau de Cusa, não se pode deixar de referir a sua especulação sobre os limites de compreensão – o seu espaço e a sua capacidade desenvolvem-se no domínio da finitude. É na posse deste dado que se promovem abordagens diversas aos objetos a conhecer, sendo que a capacidade limitada de conhecer nunca se conclui pois ocorre no quadro ilimitado da infinitude (CUSA, Nicolau. *A douta ignorância*. 2ª edição. Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, p. 4).

⁵ É diferente a discussão sobre singularidade e pluralidade, ou mais concretamente, sobre o poder de discordar do sistema de conhecimento estabelecido que se coloca, por vezes, historicamente. A apologia do relativismo contra o discurso dominante levou Giordano Bruno a ser queimado na fogueira em 1600, o que demonstra facilmente que, a questão discursiva em ciência não é meramente um jogo de salão – ainda hoje há Estados onde a liberdade discursiva em ciência se deve submeter ao primado da religião e dos poderes dominantes, como bem se sabe.

⁶ ARISTÓTELES. *Tópicos, Livro I* in *Tratados de Lógica (Órganon)*. Madrid: Editorial Gredos, ps. 94-95.

⁷ QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa : Gradiva, 1992.

como conceito substantivo ou tópico. Assim a entende Giddens ao defini-la como *o uso de métodos sistemáticos de investigação empírica, a análise de material, o pensamento teórico e a avaliação lógica de raciocínios, de maneira a desenvolver um corpo de conhecimentos sobre determinado assunto.*⁸

O *modo específico* da ciência teve momentos históricos diversos. Em cada momento histórico devem os investigadores pesar a *normalidade científica* e a recepção da anormalidade, ao ponto de se perceber se as condições de trabalho científico se mantêm ou devem ser alteradas e, inclusivamente, considerar se perante a ótica do construção de saber sobre sedimentos historicamente aceites (acumulação) não é antes necessário uma atitude desenvolvimentista e de explicação perante os dados do Presente (incrementação) contrariando tendências para a recondução ao paradigma⁹. Esta atenção ao instável é necessária para o reforço valorativo de um trabalho de investigação. O *modo científico* associa-se de forma incindível ao método científico, isto é, à maneira organizada de um dado sujeito determinar, aproximar (e apropriar) dado objeto, para um efeito tomado como, também ele, científico. O paradigma sobre o qual se estabelece o *modo científico* atual é um paradigma de superação do aristotelismo¹⁰, da autoridade tomista¹¹, do racionalismo, do idealismo, da

⁸ GIDDENS, Anthony. Sociologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 30 e que Popper entendia de forma mais dinâmica: (...) *o fim da ciência é descobrir explicações satisfatórias sobre tudo o nos espanta e parece carecer de explicação* (POPPER, Karl. *La connaissance objective*. Paris: Flammarion, 1991, p. 297).

⁹ KHUN, Thomas S.. *La structure des révolutions scientifiques*. Champs-Flamarion, 1983, p. 22.

¹⁰ ARISTÓTELES. *Organon - Les seconds analytiques*. Librairie Philosophique J. Vrin, 2000, p. 8: *Par démonstration j'entends le syllogisme scientifique, et j'appelle scientifique un syllogisme dont la possession même constitue pour nous la science.*

¹¹

experimentação¹², do marxismo¹³, da fenomenologia, do positivismo. Um paradigma que já não contrapõe Homem e Natureza¹⁴ como sujeito e objeto¹⁵ de ciência, pois o homem é ele próprio objeto de investigação e a natureza uma possibilidade de ponto de partida na construção do sujeito.

Sobre o valor da ciência, tema que ecoa de imediato sobre a finalidade de uma ciência em concreto, será que devemos fazer nossa a entrada do II Capítulo do *Discurso sobre as artes e as ciências* de Rousseau, no qual ele diz - *Era tradição antiga que passou do Egito à Grécia, que um deus inimigo do descanso (leia-se, da paz) dos homens foi inventor das ciências*¹⁶?

A consideração da possibilidade de fazer ciência sobre um **objeto** como a *sociedade* – antes só apropriável como **sujeito**^{17 18} é uma

¹² BACON, Francis. The new Organon. Ed. by JARDINE, Lisa, and Michael Silverthorne. Cambridge University Press, 2000. *Our method, though difficult to practise, is easy to formulate. It is to establish degrees of certainty, to preserve sensation putting a kind of restraint on it, but to reject in general the work of the mind that follows sensation; and rather to open and construct a new and certain road for the mind from the actual perceptions of the senses.* P. 28

¹³ Pois se se pode concordar com a tese do constrangimento histórico (vide MARX. Karl. *O 18 do Brumário de Napoleão Bonaparte*. Edição online <http://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/index.htm> com autorização das Edições Avante!) não se aceita a que considera a *praxis* o ponto de partida de qualquer análise.

¹⁴ Não no sentido usado por MARSH, George P. em *Man and Nature; or, Physical geography as modified by human action* (1864, disponível em formato digital na Library of Congress), mas enquanto sujeito e objeto de ciência.

¹⁵ ADORNO, Theodor. *Subject and Object* (1969). *The Essential Frankfurt School Reader*. Ed. By ARATO, Andrew and Eike Gebhardt, Oxford: Blackwell, 1978, ps 497-511.

¹⁶ ROUSSEAU, Jean Jacques. *Obras selectas - Discurso sobre las ciencias y las artes*. Madrid: Edimat Libros, 2000, p. 189.

¹⁷ Arendt considera que a *densificação* do conceito de sociedade provocado por Marx – ao declarar que a filosofia e a verdade não se encontram fora dos assuntos dos homens e do seu mundo comum (que seria o princípio da tradição política ocidental, com Platão e Aristóteles) mas precisamente aí e podem ser, exclusivamente, realizadas aí – o mundo dos homens socializados, corresponde ao fim da tradição da filosofia política ocidental – o filósofo saiu da filosofia a fim de a realizar na política (ARENDR, Hannah. *La crise de l'aculture*. Paris: Gallimard, 1972, p 28).

¹⁸ Sociedade será qualquer grupo organizado dotado de objectivos e de poder – independentemente de diferentes graus de complexidade e correlativas abordagens.

conquista do século XIX¹⁹ e uma fase importante do período final da desagregação da autoridade legítima do poder religioso²⁰ e monárquico²¹ nos Estados ocidentais. Uma conquista que emerge da mimetização dos conceitos racionalistas, empiristas e positivistas associados às ciências naturais, cruzada com traços indistintos do discurso filosófico²². Mas cedo a expectativa de ciências sociais que pudessem, a partir de uma *ideia do social* evoluir linearmente, contribuindo cada geração de estudiosos para colocar uma nova pedra sobre o edifício do saber se esboroou²³. As ciências sociais são mais que uma apropriação objetiva de factos sociais como pretende Durkheim com o conceito de *coisificação* do social²⁴, ou uma interpretação subjetiva de causas e efeitos da ação social, como pretende Weber²⁵ - apesar das duas visões coincidirem na delimitação do objeto social enquanto território que se constitui nas interações sociais dos indivíduos, a apesar das duas visões colocarem dificuldades sobre os modos como a presença e a intervenção do indivíduo enquanto individuação pode ter na coisa social. A apropriação objetiva/subjetiva pode ser assimilada ao modo como se articula o par facto/valor, pois interpretar significa

¹⁹ CRUZ, M. Braga da. *Teorias sociológicas: os fundadores e os clássicos (antologia de textos)*. I volume. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. VIII.

²⁰ ARON. Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991, p. 82; GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 24.

²¹ SACCÀ, Antonio. *Storia della Sociologia*. Roma: Enciclopedia Tascabile, 1995, p. 9.

²² Idem, XI e XII.

²³ Ibidem, ps. XIII e XIV.

²⁴ DURKHEIM, Émile. *Las reglas del método sociológico*. Barcelona: Eds. Orbis, 1982, p. 39 (1ª edição, 1895): *os factos sociais (que se distinguem dos fenómenos orgânicos e dos fenómenos psíquicos) são o domínio próprio da sociologia* – esta distinção contraria a definição de sociedade por Spencer, que ao classifica-la como entidade a assimila a um organismo vivo (SPENCER. Herbert. *The principles of sociology*, vol. 1. London: William and Norgate, 1877).

²⁵ WEBER, Max. *Conceitos fundamentais de Sociologia*. In CRUZ, Manuel Braga da. *Teorias Sociológicas: os fundadores e os clássicos – antologia de textos*, 1º vol. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 584: *Entendemos por sociologia (no sentido em que aqui se toma esse termo tão ambiguamente utilizado) uma ciência que se propõe compreender interpretativamente a ação social, para deste modo a explicar causalmente no seu desenrolar e nos seus efeitos (...)*.

também valorizar. Partindo do voluntarismo interpretativo *weberiano* e da crescente atomização da investigação sobre o social (seja em termos temáticos, seja no domínio dos princípios e métodos de abordagem) durante o século XX, e sobre a necessária redução do trabalho científico à escrita, somos tentados a aceitar a declaração de Derrida da equivocidade da hermenêutica e da circunstância de vivermos de facto uma situação de *disseminação*²⁶ – a impossibilidade de representação através do texto escrito e nestes termos a ilegitimidade de qualquer documento escrito²⁷. Com este tipo de discurso, rapidamente se passa das grandes teorias às possibilidades de interpretação, destas ao voluntarismo, do voluntarismo ao relativismo, do relativismo ao cepticismo e do cepticismo à renúncia da possibilidade de ciência no domínio do social²⁸.

Este frenesi teórico nas ciências sociais e as práticas inerentes ao longo do último século e meio (onde a preponderância de um ponto de partida crítico, empírico ou analítico na investigação²⁹, por exemplo, não é alheio à pertença à escola francesa, inglesa, ou americana³⁰) articula-se com as dificuldades de as considerar como um domínio científico coerente sob um conceito unificado de sociedade³¹. Também as condições do trabalho científico nesta área, perante a tensão facto social/coerção referida por Durkheim³²

²⁶ DERRIDA, Jacques. *Dissemination*. London: The Athlon Press, 1981, p. 365: (...) *Tenta pensar o único no plural, ao mesmo tempo que pensas “o único Número que não pode ser outro”. Testemunharás o nascimento de “milhões de fábulas” e compreenderás que que um só termo pode gerar dois – uma coluna – disseminando-se em hiperprodução.(...)*.

²⁷ SKINNER, Quentin (coord). *As ciências humanas e os seus grandes pensadores*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, ps. 17, 18, 59-62.

²⁸ Idem, ps. 15-18.

²⁹ Idem ARON, p. 16.

³⁰ MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 3.

³¹ Ibidem, p. 18.

³² DURKHEIM, Émile. *Las reglas del método sociológico*. Barcelona: Eds. Orbis, 1982, p. 39.

e conhecimento/poder referida por Foucault ³³ levantam inquietações. Todavia, os problemas, limitações e contrariedades levantadas ao longo da história recente das ciências sociais não levou a nenhuma implosão deste campo de pesquisa, antes o alargou e sofisticou, como facilmente se demonstra pela vitalidade das ciências sociais hoje, não só dentro das universidades como elemento fortemente vinculado à vida social, seja pelas constantes solicitações das instituições públicas e privadas aos estudiosos da vida social, seja pela distribuição de graduados nestes domínios pelo ensino superior e nos mais diversos sectores de atividade profissional.

Numa leitura não catastrofista das dinâmicas da teoria e da prática e do poder relativo que representam e numa proposta epistemológica e metodológica abrangente que nos atrevemos a estender ao curso histórico, Simmel defende a natureza não hierárquica, inclusiva e dinâmica entre a teoria e a prática científica, e o reforço de legitimidade que esse processo provoca - na valorização da equidade num binómio nem sempre reconhecido, pelo valor superior da teoria da qual a prática é mero reflexo ou vice-versa – passo a citar: (...) *Se, no âmbito do conhecimento teórico, se considerar não apenas o conteúdo puramente ideal, mas também a realização do mesmo, os motivos psicológicos, as vias metódicas, os objetivos sistemáticos, então o conhecimento aparece também como um domínio da prática humana que se transforma, por seu lado, em conhecimento teorizante (...)*³⁴ – fim de

³³ SENELLART, Michel. *A crítica da razão governamental em Michel Foucault*. São Paulo: Tempo Social 7 (1-2): 1-14; Rev. Soc., USP, 1995.

³⁴ SIMMEL, Georg. *Über soziale Differenzierung. Soziologische und Psychologische Untersuchungen*. Leipzig: Verlag von Duncker & Humboldt, 1890, in CRUZ, M. Braga da.

citação. Esta renúncia à hierarquia entre teoria e prática - depois da reificação da primeira por Hegel e da segunda por Marx - é tomada como ponto de referência.

Também se deve diluir as clivagens entre as limitações derivadas de um estudo de caso e a grande teoria, esse espaço explicativo de ordem geral do estado do social e por vezes propositivo dos caminhos para a sua harmonia e desenvolvimento. Sem se querer afirmar que cada caso é de certa forma todo o cosmos, também não se dirá que cada caso não é mais que ele próprio, um pequeno cosmos. Por fim, a presença sempre pressentida e a maior parte das vezes temida da filosofia não deve ser ignorada na construção do discurso científico, seja no que se refere ao problema levantado pela teoria do sujeito, pelo discurso na relação com a prática³⁵, pela questão hermenêutica ou mesmo por uma ética e uma teleologia associadas aos objetivos da investigação.

Procurou, em certos momentos a Sociologia³⁶, nomeadamente, no século XIX, afirmar-se como *rainha* das ciências sociais, o que certamente não terá agradado aos estudiosos da História, que bem lhe responderam na primeira metade do século XX!

Desde logo em Comte, ao dar à Sociologia o estatuto da ciência que corresponde ao 3º e último estágio de desenvolvimento humano, o estágio positivo, onde o homem, *reconhecendo a*

Teorias sociológicas: os fundadores e os clássicos (antologia de textos). I volume. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 533.

³⁵ HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

³⁶ Neologismo usado por Emmanuel Joseph Sieyès num seu manuscrito no fim do século XVIII e retomado por Auguste Comte em 1838 para substituir, com sucesso, o termo física social, que tinha tido pouca aceitação.

*impossibilidade de conhecer a verdade absoluta, desiste da procura das origens do universo e das causas últimas dos fenómenos, procurando agora e só descobrir, pelo uso combinado da razão e observação, as leis atuais dos fenómenos*³⁷ (...).

Aron, ao definir a Sociologia como o estudo que se quer científico do social enquanto tal, cuida de dizer que se trata de uma definição vaga e arbitrária³⁸, mas o que é social enquanto tal? Como distinguir essa característica que corresponde a uma diferença específica do género ciência? Como afirmar que a sociologia é o género de que a ciência política, por exemplo, é uma diferença específica³⁹? Ao mesmo tempo, como colocar os estudos sociais para lá da manta do materialismo histórico⁴⁰ que exclui a relevância dos valores enquanto dados, também eles, essenciais à compreensão e interpretação?⁴¹

Política e Ciência

É expectável que a definição da Ciência Política se revele quase tão difícil como a definição da *Política*⁴² e do *poder*⁴³.

³⁷ COMPTE, Auguste. *Introduction to positive philosophy* (1830). Ed. FERRÉ, Frederick. Indiana: Hackett Publishing Company Inc., 1988, p. 2.

³⁸ Idem, p. 19.

³⁹ BAUDOIN, Jean. *Introdução à sociologia política*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000, p. 21: (...) *Regra geral, aqueles que reconhecem a precedência cronológica e intelectual da sociologia preferirão inscrever a análise do político dentro do quadro experimentado e considerá-la como "um ramo em formação" da sociologia geral* (...).

⁴⁰ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_03.pdf (32): *O primeiro fato histórico é pois a produção dos meios que permitem satisfazer as necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico, de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos.*

⁴¹ GODINHO, Vitorino Magalhães. *Problematizar a sociedade*. Lisboa: Quetzal, 2011.

⁴² PRÉLOT, Marcel. *A ciência política actual*. Lisboa: Bertrand, 1974: do grego *polis*, *politeia*, *politika*, *politikè*.

Partindo da Política como *a ciência do poder em sociedade*⁴⁴, a valoração, os preconceitos, os adquiridos, conscientes ou inconscientes, declarados ou ocultos, percebidos ou pressentidos, fazem parte da abordagem do cientista social. Considera-se que sobre esta matéria é referencial o seguinte texto de Duverger: *Por detrás de todos os sistemas de valores, de todos os juízos particulares, encontram-se, geralmente, duas atitudes fundamentais. Desde que os homens refletem sobre política oscilam entre duas interpretações diametralmente opostas. Para uns a política é essencialmente uma luta, um combate (...). Para outros a política é um esforço para fazer reinar a ordem e a justiça (...)*^{45 46} - fim de citação. E conclui que a sua natureza é sempre ambivalente, sendo o Estado⁴⁷ o mais exemplar representante deste rosto de Jano⁴⁸. O Estado será o seu objeto mais perfeito, por corresponder àquele onde a plenitude do poder se pode encontrar de forma organizada⁴⁹. Não se pondo em causa esta possibilidade, percebe-

⁴³ Partindo da classificação de Weber das formas de poder legítimo em tradicional, legal e carismático (WEBER, Max. *Três tipos de poder e outros escritos*. Tribuna, 2005), a forma de poder que é relevante para efeito deste estudo é o poder legal e o modo como se articula no quadro das relações sociais.

⁴⁴ Que não corresponde em termos exatos à colocação do problema por Duverger, enunciando a definição de Littré de 1870 – *a ciência de governação dos Estados* – e a definição de Robert de 1962 – *arte e prática da governação das sociedades humanas* (Idem, Duverger, p. 11); que está mais perto do conceito de política como o processo pelo qual os grupos (independentemente da sua dimensão ou natureza) tomam decisões colectivas, de acordo com a definição de HAGUE, Rod, HARROP, Martin e Breslin, Shaun, em *Comparative Government and Politics – an Introduction*, terceira edição, MacMillan, 1992 (apesar de se enfatizar o *instante substantivo* e não a dinâmica processual em termos de definição).

⁴⁵ DUVERGER, Maurice. Introdução à política. Lisboa. Editorial Estúdios Cor, 1972, p. 15.

⁴⁶ Goodin, diferentemente, promove uma definição que olhando a questão da intencionalidade em ordem à sociedade e a intencionalidade em ordem à detenção do poder, assim como a própria dinâmica de processo, declara que a missão da Ciência Política é *elucidar como é que o poder social é, pode ser e deve ser exercido e constrangido ou limitado* (GOODIN, Robert E.. *The Oxford Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 6.).

⁴⁷ Cujá vulgarização de utilização da palavra para denominar o conjunto de poderes políticos soberanos sobre determinada população e território decorre de Maquiavel, no século XVI (idem PRÉLOT, p. 11).

⁴⁸ Idem, p. 15.

⁴⁹ Idem, p.11.

se que a ideia subjacente a esta afirmação é o conceito de soberania⁵⁰ e o correlativo poder sobre as pessoas e o território que no limite autoriza o estado de exceção^{51 52}. Mas o Estado⁵³ contemporâneo é por vezes, usando a terminologia de Adriano Moreira, *Estado exíguo*.⁵⁴ A necessidade de articulação em rede⁵⁵ de poderes políticos, económicos e sociais a nível global para manter posições de prevalência (por nem mesmo hoje nenhuma potência *imperial* conseguir sózinha exercer a supremacia⁵⁶), a afirmação de comunidades para-estatais com configurações de poder pouco estudadas para as quais se transferem parte das relações sociais dos cidadãos dos Estados⁵⁷ ou o poder político que hoje se exerce por vezes de forma inorgânica⁵⁸ ou em

⁵⁰ Cujas primeiras teorizações sistemáticas são feitas por Bodin em 1576 (BODIN, Jean. *The six books of the commonwealth (Les Six livres de la République)* Abridged and translated by TOOLEY, M. J.. Oxford: Basil Blackwell, 1955, Liv. I, caps. VIII e X.

⁵¹ Desde o *Discurso de Péricles* (referido em TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso*, Livro II), a São Paulo, à Lei das XII Tábuas (Tábua IX e XI, nomeadamente), de Santo Agostinho à Magna Carta, de Tomás de Aquino a Tomás Moro, de Rousseau a Montesquieu, da Constituição americana à Declaração dos direitos do homem e do cidadão da Revolução Francesa, de Stuart Mill a Marx e Engels, de Duverger a Rawls, o Ocidente promove teórica e praticamente os mecanismos de limitação do poder legítimo (v. MOREIRA, Adriano, BUGALLO, Alejandro, ALBUQUERQUE, Celso, *Legado político do ocidente, o Homem e o Estado*, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1988). O conceito de soberania e o seu correlativo estão hoje vinculados juridicamente através de sistemas constitucionais, na sequência dos movimentos para a contratualização do poder político na Idade Moderna. Entre Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau, John Rawls ou Antonio Negri, a ideia de contrato social mudou muito, sendo que para efeito desta proposta o que interessa é aceitar que nas sociedades democráticas contemporâneas o contrato social na ordem do Estado é formalizado por uma Constituição e que a mesma é a fonte de legitimidade para as políticas públicas e para os instrumentos de relação dos cidadãos com o Estado.

⁵² Agaben, Giorgio. *Estado de Excepção*. Edições 70, 2010.

⁵³ JELINEK, Georgio. *La dottrina general del diritto dello stato*. Milão: Giuffrè, 1949 - Estado: povo, território, poder político, soberania.

⁵⁴ MOREIRA, Adriano. *A circunstância do Estado exíguo*. Diário de Bordo, 2009.

⁵⁵ CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Volume I: A Sociedade em Rede*. Lisboa: Edição Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

⁵⁶ HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Empire*. Harvard University Press, 2000.

⁵⁷ É o caso, por exemplo, da comunidade virtual *Facebook*, com mais de 600 milhões de membros e um *presidente* que é também proprietário e que impõe as regras comunitárias unilateralmente.

⁵⁸ SUROWIECKI, James. *A sabedoria das multidões*. Lisboa: Lua de papel, 2007.

consequência de fenómenos de cascata⁵⁹, com impactos muito significativos de que as revoluções árabes em curso ou a dificuldade de afirmação do poder legítimo nas sociedades ocidentais são prova, problematizam o lugar cimeiro do Estado numa eventual pirâmide de estudos de Ciência Política. Outro elemento a considerar para a reflexão sobre a situação do Estado enquanto ator político é o decréscimo quase generalizado de participação dos cidadãos em atos eleitorais nos últimos vinte anos nos países ocidentais⁶⁰. Esta eventual perda de legitimidade a que a reiterada falta de participação em atos eleitorais corresponde, deve ser confrontada com o fantasma do desaparecimento ou secundarização da política tal como a enunciamos⁶¹.

Os fatores que organizam a política são da mais diversa ordem: biológicos, psicológicos, demográficos, geográficos, sócio-económicos, culturais⁶². A ciência política ocupa-se de matéria primordial para a compreensão dos coletivos humanos – o poder em sociedade. Essa posição na arquitetura da sociedade decorre da evidência de que o (s) modo (s) como o poder se organiza, apresenta e age condiciona toda a esfera pública mas também a esfera privada. Este *protagonismo prático* da política e da ciência que em torno dela se faz torna os seus cultores socialmente relevantes amiúde provocando confusão entre o lugar social do político, e o do estudioso da política de que hoje a inflação de comentadores políticos nas televisões é exemplo. Esta situação

⁵⁹ KURAN, Timur; SUNSTEIN, Cass R.. Availability Cascades and Risk Regulation. Stanford Law Review, Vol. 51, No. 4, 1999; U of Chicago, Public Law Working Paper No. 181; U of Chicago Law & Economics, Olin Working Paper No. 384.

⁶⁰ OCDE: *Civic engagement and governance*. DOI: 10.1787/9789264121164-11-en, 2011.

⁶¹ WIEVIORKA, Michel (org.). *A nova primavera do político*. Lisboa: Guerra e Paz, 2007.

⁶² Idem, Duverger.

dificulta o recuo útil do observador sobre o objeto de análise – seja no desempenho das *ciências políticas*, como a sociologia política, a história política, a economia política, o direito constitucional, etc., seja na ciência política, como a teoria política, as políticas públicas, o estudo de sistemas eleitorais ou instituições políticas, etc., (sendo que as fronteiras científicas destes domínios nem sempre são facilmente definíveis e por vezes se poderá perguntar se será essa distinção o mais importante).

Ciência e Ciências Sociais

Nas ciências sociais, ao contrário do que acontece nas ciências exatas, sempre e no limite, está presente a questão que Popper invoca em relação à filosofia: se o trabalho filosófico pode alcançar a possibilidade de colocação de um verdadeiro problema⁶³ e conseqüentemente, se o conhecimento é possível. Esta dúvida não é inútil, por se referir à organização do trabalho científico face à sua verdade ou, de forma mais vasta, face à *verdade* e não à simples *validade*.

Limitar o universo discursivo em ciências sociais é uma dificuldade inerente à natureza do objeto em presença e esse constrangimento legitima a dúvida sobre a viabilidade da enunciação de problemas neste âmbito, através da linguagem, como já se referiu⁶⁴.

⁶³ POPPER, Karl. *The logic of scientific Discovery*. Routledge, 2002 (1959, 1ª edição inglesa; 1934, 1ª edição), p. XVI.

⁶⁴ Diferente seria a aceitação das intuições puras e da elaboração do pensamento na relação consigo próprio nos termos kantianos (vide POPPER, Karl. *La connaissance objective*. Paris: Flammarion, 1991, p.212).

A este respeito, enuncia Popper a ideia de um *conhecimento objetivo* na teoria dos três mundos:

1. O mundo dos objetos físicos ou dos estados físicos;
2. O mundo dos estados de consciência ou dos estados mentais e talvez das disposições comportamentais em ordem à ação;
3. O mundo dos conteúdos objetivos do pensamento, que é acima de tudo o mundo do pensamento científico, do pensamento poético e das obras de arte (e que se pode assimilar ao *universo do discurso*⁶⁵)⁶⁶.

Nesta ordenação, não rejeito a necessidade de colocação em presença de forma indissociável dos vários mundos referidos, mas presumo a possibilidade da produção científica corresponder a uma ordenação específica e autónoma que decorre do *terceiro mundo* onde *habitam* os problemas científicos e onde os mesmos podem ser abordados com argumentos críticos *objetivos*⁶⁷. O *terceiro mundo* tem na sua dinâmica (e na linha da indissociabilidade anteriormente referida) um efeito de retroação⁶⁸, percebendo-se a solidariedade dos conjuntos numa tipologia aberta do universo. Popper refere que esta não é uma classificação estanque mas simplesmente uma classificação possível, remetendo para a sua concordância com Frege⁶⁹.

⁶⁵ BOOLE, George. *An Investigation of the Laws of Thought on Which are Founded the Mathematical Theories of Logic and Probabilities*. Cambridge: MacMillan and Co, 1854.

⁶⁶ Idem, Popper, ps. 181-182.

⁶⁷ Ibidem, p. 183.

⁶⁸ Ibidem, p. 202.

⁶⁹ Idem, p. 182.

A noção de epistemologia referida é elaborada a partir da presunção da possibilidade de construção de um *conhecimento objetivo*, e do seu avanço, não dependendo o conhecimento da subjetividade do ponto de partida – o que eu conheço – mas da objetividade do terceiro mundo de Popper e conseqüentemente, que em ciência, não partimos da observação mas de problemas⁷⁰.

Apesar deste enunciado corresponder a um discurso sobre as ciências, não se perde de vista que qualquer discurso sobre as ciências faz parte do mais vasto discurso sobre o conhecimento e que a conexão entre as duas ordens discursivas pode ser uma conexão sistemática, mais do que uma simples hierarquia, considerando-se o discurso sobre a ciência elemento indissociável de um discurso sobre o conhecimento⁷¹ e como tal o papel da epistemologia na teoria do conhecimento (ou gnosilogia). Na teoria do conhecimento, a epistemologia cuidará daquilo que se pode saber com certeza⁷², o que a torna dependente de qualquer assentimento concordante e estável de ciência.

Reconhece-se a existência de diversos modos de representação: os que partem da impossibilidade de um conhecimento pleno (como Platão ou Kant); os que partem do pressuposto de uma autoridade primeira (como Santo Agostinho ou São Tomás de Aquino), os que partem dos dados da experiência (como Aristóteles ou Galileu); os

⁷⁰ POPPER, Karl. *La connaissance objective*. Paris: Flammarion, 1991, p. 387.

⁷¹ GRAWITZ, Madeleine. *Méthodes des Sciences Sociales*. 10e édition, Dalloz, 1996, p.8: *Alors que le français, fidèle à l'étymologie grecque, distingue "gnoséologie" ou théorie de la connaissance au sens general, abstrait et philosophique du terme, et "épistémologie" ou philosophie des sciences, l'anglais et l'italien confondent les deux, les rapprochant du sens allemand, plus large, de Erkenntnistheorie (Théorie de la Connaissance).*

⁷² SKINNER, Quentin (coord). *As ciências humanas e os seus grandes pensadores*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, p. 21.

que partem da racionalidade do indivíduo e da sua subjetividade ou linguagem como elementos prévios⁷³ (como Descartes, Husserl ou Wittgenstein); os que partem do binómio prática-norma e da *centralidade das práticas na compreensão da produção de conhecimento*⁷⁴ (como Dewey ou Peirce⁷⁵), entre outros. Num outro enfoque, de consideração da epistemologia como processo evolutivo, é de referir a *epistemologia evolutiva*, que, no aspeto que nos interessa, considera a possibilidade de uma seleção natural do conhecimento e uma evolução adequada dos princípios organizadores do conhecimento à evolução humana⁷⁶.

Não procuro a comparação de conceitos de epistemologia, *ou de toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido*⁷⁷, nomeadamente, de acordo com o contemporâneo e legítimo reconhecimento da variabilidade dos pontos de partida (do contexto) para a construção do pensamento científico⁷⁸ e seus limites. A análise comparada das *visões do mundo*, seja em termos de contexto social seja em termos de

⁷³ De referir a recuperação do Cartesianismo por Slavoj Žižek, nomeadamente, em *A subjectividade por vir* (Relógio d'Água Editores, 2006) e em *O sujeito incómodo* (Relógio d'Água Editores, 2009).

⁷⁴ NUNES, João Arriscado. *O resgate da epistemologia*. In SANTOS, Boaventura de Sousa, Maria Paula Meneses (org.). *Epistemologias do Sul*. Almedina, CES, 2009, p. 220.

⁷⁵ PEIRCE, Charles Sanders "How to Make Our Ideas Clear", *Popular Science Monthly*, v. 12, 1878, p. 286–302: (...) *It appears, then, that the rule for attaining the third grade of clearness of apprehension is as follows: Consider what effects, that might conceivably have practical bearings, we conceive the object of our conception to have. Then, our conception of these effects is the whole of our conception of the object*. (...). P. 293.

⁷⁶ Stanford Encyclopedia of Philosophy. *Evolutionary Epistemology: The Evolutionary Epistemology of Theories (EET)* (...) *the growth of human knowledge and establishment of epistemological norms across generations or the development of brains in the human lineage (phylogeny)* (...).

⁷⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Almedina, CES, 2009, Introdução.

⁷⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition*. Routledge, 1995: *Uma epistemologia do Sul assenta em três orientações – aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul*. P. 508.

*contexto da descoberta*⁷⁹ podem ajudar a compreender e a relativizar, nomeadamente, em sede de teoria dos sistemas, que a aproximação feita à realidade é meramente circunstancial – o que não retira, todavia, a sua condição de possibilidade nos termos enunciados por Popper e acima referidos.

E perante a declaração de Boaventura Sousa Santos de que o pensamento ocidental (e por antonomásia, a epistemologia ou epistemologias no/do Ocidente) é um *pensamento abissal*⁸⁰, orientado para uma organização totalitária do Conhecimento, em ordem à supremacia cultural e à supremacia do poder legítimo, dir-se-à: consciente da pertinência de argumentos usados pelo citado autor, não se rejeita a integração de um discurso contemporâneo no conceito de *pensamento pós abissal como pensamento ecológico*⁸¹, orientado para a interculturalidade⁸².

Houve também quem propusesse paradigmas alternativos na orientação e prática da pesquisa qualitativa, por exemplo, utilizando as artes como ponto de partida⁸³. Os argumentos aduzidos a favor deste paradigma são:

- as artes realçam as características qualitativas das situações;

⁷⁹ DELATTRE, idem, p. 86.

⁸⁰ Idem SANTOS e MENESES (org.), p. 23.

⁸¹ Idem SANTOS e MENESES (org.), p. 43.

⁸² Idem SANTOS e MENESES (org.): *Ao contrário do multiculturalismo – que pressupõe a existência de uma cultura dominante que aceita, tolera ou reconhece a existência de outras culturas no espaço cultural onde domina – a interculturalidade pressupõe o reconhecimento recíproco e a disponibilidade para o enriquecimento mútuo entre várias culturas que partilham um dado espaço cultural* (in Introdução). Acrescentaria que a partilha do espaço cultural pode ser vista como um projeto holístico, independente de uma geografia concreta mas situado numa perspetiva.

⁸³ KOWLES, J. Gary, COLE, Ardra L.. *Handbook of the Arts in Qualitative Research*. SAGE Publications, 2008, p. xii.

- as artes geram a empatia que torna a ação possível;
- as artes dão novas perspectivas sobre as coisas;
- as artes dizem-nos alguma coisa sobre as nossas capacidades para experienciar as respostas afectivas à vida⁸⁴.

Nada se acrescentando às perspectivas kantianas, antes as limitando⁸⁵⁸⁶ trata esta proposta com entusiasmo mas também com excessiva leveza a possibilidade de novas abordagens teóricas e postulados para o trabalho científico.

O valor das perspectivas não científicas para a construção da ciência e o valor das emoções na construção do conhecimento são elementos de crescente influência na organização dos saberes. Todavia, considera-se que as abordagens argumentativas que propõem as artes enquanto paradigma alternativo na orientação e prática da pesquisa qualitativa não demonstram a consistência necessária, neste momento, para poderem ser tomadas em conta como elemento organizador.

Para concluir, realço que hoje, o cruzamento dos saberes teóricos e dos saberes práticos, das perspectivas científicas e das perspectivas não científicas, dos valores dos centros e dos valores das margens é essencial para um conhecimento e uma ação mais assertivas.

Devemos, com humildade e capacidade de aceitação procurar no exercício da complexidade a consideração das probabilidades e da

⁸⁴ Idem, ps. 10-11.

⁸⁵ KANT, Immanuel. *Crítica da Faculdade do Juízo*. INCM, 1998.

⁸⁶ DELEUZE, Gilles. *A filosofia crítica de Kant*. Lisboa: Edições 70, 1994.

possibilidade do erro. Devemos ter por elemento orientador a importância da correlação de dados para lá da simples causalidade e construir discursos que nos permitam, tanto em termos teóricos como na ação, exercer condutas determinadas mas sempre abertas à mudança que o universo instável de que somos parte determina como elemento constitutivo da realidade, essa inefável presença.

Só assim poderemos receber e praticar todo o aparato teórico-prático que constitui o dispositivo da ação assertiva, ao serviço da ciência e do homem.

Muito obrigado.

Lisboa, 22 de Maio de 2013

Jorge Barreto Xavier